

EDITORIAL

Os meses que antecedem o anúncio do Plano Agrícola e Pecuário, normalmente feito em junho, são decisivos para o campo. O chamado Plano Safra traz as políticas que regulam o setor por um ano inteiro. Em seu bojo, vêm as grandes conquistas da gropecuária. E, não raro, as grandes decepções.

Esse é um momento de alerta máximo para quem tem a responsabilidade de representar os produtores rurais desse país. A Farsul sabe disso e não foge às suas responsabilidades. Em fevereiro, uma comitiva ligada a nossa Federação esteve em Brasília apresentando sugestões para o PAP 2014/2015, em conjunto com outras federações e a CNA. É hora de estarmos unidos, para a manutenção das boas políticas implementadas em anos anteriores e obtenção de novas vitórias.

Mas fomos além. Há linha direta entre nossa área técnica e as dos ministérios envolvidos na elaboração da política agrícola, como Agricultura e Fazenda. A presença de representantes dessas pastas na sede da Federação no final de fevereiro demonstra que o diálogo é constante. As melhores políticas surgem do conhecimento da realidade do campo e completam as necessidades reais do produtor. Ninguém melhor do que nós para passar àqueles que têm a caneta em Brasília as verdadeiras demandas de quem trabalha com a terra. Dessa interlocução, obtivemos definições importantes nos últimos anos, como o Novo Código Florestal e as mais recentes negociações de dívidas.

Uma de nossas bandeiras neste ano tem sido a do aprimoramento do seguro agrícola. Há tempos, o presidente do Sistema Farsul, Carlos Sperotto, definiu que seguro e, mais do que isso, renda eram as grandes prioridades do setor. O Brasil ainda não tem um sistema que dê garantias ao produtor. Quando muito, o seguro cobre o financiamento retirado no banco. No caso do Proagro, ainda, apenas uma parte do investido na lavoura é garantido. Já a o sistema de subvenção está longe de ser universal.

Enquanto negociamos avanços nessa área, é fundamental ficarmos alertas para não termos perdas em outras. A manutenção das taxas de juros do crédito oficial é fundamental. À medida que continuamos com crédito a taxas compatíveis e aprimoramos o seguro rural, ganham todos.

O momento é propício para discutirmos a sustentabilidade da atividade rural. Não apenas ambiental, mas também econômica. Os preços dos principais produtos vindos da terra garantem – ao contrário do que ocorreu em muitos anos – renda a quem planta ou cria. É hora de prestarmos – nós, produtores, e aqueles que elaboram a política agrícola – atenção nos custos de produção. É daí que vem a ameaça à continuidade de nossas atividades.

A Farsul sabe disso, está atenta e não abre mão da interlocução – sempre de forma colaborativa, mas independente – com aqueles que definem as regras do jogo.

Senadora Kátia Abreu*

Na imaginação de uma pessoa normal, quando um grupo se reúne para buscar formas de evitar ou contestar o cumprimento das leis e de criticar a Justiça por estar, justamente, aplicando essas leis, o lugar desse encontro deveria ser um refúgio isolado ou, no mínimo, um local privado, a salvo da vista de todos.

E esse grupo, logicamente, seria integrado por pessoas inconformadas com a ordem estabelecida, dispostas a confrontá-las e até a lutar contra as forças do Estado.

Mas, no país chamado Brasil, esse encontro, que realmente ocorreu, deu-se nas dependências oficiais do Ministério da Justiça, com a presença e a voz ativa de um ministro de Estado e de um alto funcionário do próprio ministério.

Poucas vezes, no teatro da política e do poder, a trama foi tão esdrúxula, e os atores, tão incompreensíveis ao representar os papéis que a lógica jamais lhes atribuiria.

No início do enredo, um dirigente de uma ONG - Terra de Direitos - comunicou à plateia e à nação que a sociedade civil brasileira reivindica que o Poder Judiciário não se prenda a leis e normas, quando julgar conflitos pela posse e pelo domínio de terras. Quem lhe deu o mandato para falar em nome de 200 milhões de brasileiros não ficou claro.

Não se sabe, também, quando houve essa consulta popular tão ampla e abrangente ou se a consulta seguiu algum método conhecido. Nem se a Justiça Eleitoral acompanhou o processo e ratificou os resulta-

Contra a lei

dos. Nada disso importa, porque certas figuras e temas parecem existir e reinar num plano superior ao dos mortais. Estava ali proclamada uma verdade incontestável, para que as altas autoridades do governo, que o escutavam com fervor reverente, refletissem.

As autoridades nem sequer refletiram. O ministro Gilberto Carvalho pôs-se imediatamente de acordo e proferiu, com calma, a sua fala. Lamentou que o governo seja obrigado a tomar medidas com as quais não concorda e tenha que se submeter à ingrata tarefa de cumprir leis às quais se opõe. Condenou decisões da Justiça que determinam reintegração de posse de propriedades invadi-

O Judiciário que se cuida das reformas que esse zeloso funcionário e sua equipe podem estar maquinando. Algo terrível pode ser.

das, criticando a posição legalista que desconhece a realidade dos latifúndios e os direitos dos excluídos.

O ministro certamente ignora os fundamentos da democracia e do Estado de Direito. Nelles, pelo princípio essencial da repartição dos Poderes presente em todas as constituições civilizadas - mas não, seguramente, na de Cuba -, o Executivo não faz as leis nem é o juiz de seu cumprimento.

Cabe a ele, sem lamentações ou ambiguidades, executá-las. Fora disso, é a tirania ou a ditadura, com o que parecem sonhar certos órfãos do socialismo real, que encantou o mundo e as gentes de 1917 até 1989.

Falar, hoje, de latifúndio improdutivo é fechar, teimo-

samente, os olhos para a vibrante realidade do setor rural brasileiro.

Esse é o segmento mais moderno e competitivo do sistema produtivo nacional, que mantém o equilíbrio da economia e cuja capacidade de produzir muito e barato é um dos ingredientes primordiais da ascensão social das classes de baixa renda.

Ao insistir nisso, o ministro entra em contradição aberta com o que proclama a presidente Dilma Rousseff e os agentes mais responsáveis do governo, que defendem com veemência o Estado de Direito e a liberdade de imprensa.

Antes de terminar a enunciação, Flávio Caetano, secretário do Ministério da Justiça para a Reforma do Judiciário, mais uma vez fez críticas à inacreditável teimosia do Judiciário em cumprir as leis vigentes. E sugeriu que nos inspirássemos no modelo argentino, que, segundo ele, tem salvado aquele país de conflitos fundiários.

O Judiciário que se cuida das reformas que esse zeloso funcionário e sua equipe podem estar maquinando. Algo terrível pode ser.

A última coisa que nosso país merece é imitar a Argentina dos dias de hoje. Só não seria pior do que a ideia de que a Justiça brasileira deve ignorar a Constituição e as leis, semeando a desordem institucional e implantando de vez a insegurança jurídica para, ao final, desorganizar as atividades produtivas e criar, aqui, a mais nova república bolivariana.

***Presidente da CNA publicado no jornal Folha de S.Paulo**

EXPEDIENTE

SISTEMA FARSUL

Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul



Rio Grande do Sul



CASA RURAL
CENTRO DO AGRONEGÓCIO

FARSUL

Presidente:
Carlos Rivaci Sperotto
Vice-presidente:
Gedeão Silveira Pereira
Diretor Administrativo:
Francisco Lineu Schardong
Diretor Financeiro:
Jorge Rodrigues

SENAR-RS

Presidente:
Carlos Rivaci Sperotto
Superintendente:
Gilmar Tietböhl
Divisão Técnica:
João Augusto Telles
Div. Arrecadação e Eventos:
Saulo Gomes
Div. Administração e Finanças:
Carlos Alberto Schütz

JORNAL SUL RURAL

Diretor: Décio Rosa Marimon
Jornalista responsável:
Sebastião Ribeiro (MTb/RS 11.009)
Fotos: Tiago Francisco, Gerson Raugust e Arquivo
Colaboração: Alessandra Bergmann e Gerson Raugust
Circulação Mensal
Tiragem: 35.000 exemplares

Administração, redação e comercial: Praça Saint Pastous, 125 - Fone: (51) 3214.4400
Fax: (51) 3221.9113 e-mail: sulrural@farsul.org.br - Porto Alegre/RS - Cep 90050-390